

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NICOLE KYVRIA LUY

DÍVIDA SOBERANA: ESTADO E CIDADÃOS SOB A CONDIÇÃO NEOLIBERAL
REFLEXÕES A PARTIR DA CRISE ATUAL DO CAPITALISMO

CURITIBA

2013

NICOLE KYVRIA LUY

DÍVIDA SOBERANA: ESTADO E CIDADÃOS SOB A CONDIÇÃO NEOLIBERAL
REFLEXÕES A PARTIR DA CRISE ATUAL DO CAPITALISMO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharela do Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Karam de Chueiri

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

NICOLE KYVRIA LUY

Dívida soberana: Estado e cidadãos sob a condição neoliberal Reflexões a partir da crise atual do capitalismo

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VERA KARAM DE CHUEIRI
Orientador

Coorientador



RODRIGO LUÍS KANAYAMA - Direito Público
Primeiro Membro



HELOISA FERNANDES CAMARA
Segundo Membro

É muito mais difícil destruir o impalpável do que o real.

- Virginia Woolf

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A CONDIÇÃO NEOLIBERAL: O MERCADO FINANCEIRO COMO DESTINO DO EXCEDENTE E O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA	7
2.1	A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO.....	8
2.2	REINO DO DEUS MERCADO.....	12
2.3	A FINANCEIRIZAÇÃO E O CAMINHO PARA A CRISE DE 2008	16
3	CONSUMO, CRÉDITO E DÍVIDA: A RELAÇÃO DE CREDORES E DEVEDORES COMO UMA RELAÇÃO DE PODER	23
3.1	O CIDADÃO COMO CONSUMIDOR E A NECESSIDADE DO CRÉDITO	26
3.2	A RELAÇÃO CREDOR-DEVEDOR COMO UMA RELAÇÃO DE PODER	30
3.3	O CAPITAL FINANCEIRO ESTRUTURADO: DISCIPLINA DE MERCADO, PRODUÇÃO DE CRÉDITO E A DEPENDÊNCIA DO ESTADO	32
4	REFLEXÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO CENÁRIO DEIXADO PELA CRISE	38
4.1	A AUSTERIDADE MATA.....	39
4.2	OS REARRANJOS DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6	REFERÊNCIAS.....	51

RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre as transformações elementares ocorridas no sistema capitalista nos últimos 40 anos. Desde o fim da época do fordismo, o crescimento econômico acumulado nos anos dourados do pós-guerra demandaram novas formas de produção e investimento para manutenção da acumulação de capital e do crescimento econômico. Escolhas políticas foram fundamentais para proporcionar esses novos contornos à economia para dar vazão ao excedente. A ascensão do neoliberalismo como forma política possibilitou o desenvolvimento e aprimoramento do mercado financeiro internacional. A derrocada do estado de bem-estar desencadeou a crescente necessidade de crédito por parte dos cidadãos bem como por parte dos Estados que necessitavam manter e promover garantias sociais. A partir do endividamento maciço e da ininterrupta necessidade de reinvestimento do capital, desenvolveram-se produtos financeiros a partir das dívidas contraídas que combinavam a expansão do crédito com a valorização fictícia do dinheiro dentro de complexas operações financeiras. Em 2008, esse jogo fabricado desmoronou revelando um mercado de trilhões de dólares criados do nada e a necessidade de que fosse socorrido, sob a ameaça de quebrar toda a economia global. A intervenção dos Estados para salvaguardar o sistema financeiro acarretou cortes nos orçamentos públicos colocando em risco a vida de milhões de cidadãos que não apenas perderam seus empregos como também suas casas e sua segurança. A austeridade dos governos em detrimento das garantias sociais da população endurece o embate entre democracia e capitalismo e revela o poder crescente da dívida nas relações econômicas contemporâneas.

Palavras-chave: Capitalismo, crise, neoliberalismo, sistema financeiro, dívida, austeridade.

1 INTRODUÇÃO

O colapso do sistema financeiro norte-americano ocorrido em 2008 dimensionou-se numa crise econômica e política de alcance global e trouxe às claras o enorme poder que se concentrou dentro do mercado financeiro nas últimas décadas. Milhões de dólares em ativos financeiros desapareceram do dia para a noite, como consequência do desmoronamento das complexas operações financeiras que foram criadas a fim de absorver o excesso de dinheiro que havia no mundo ao mesmo tempo em que possibilitavam a continuidade da expansão do lucro.

A maioria desses ativos tinha como base o dinheiro real de cidadãos comuns, partia de fundos de pensões e principalmente de dívidas contraídas pela população. Quando o esquema parou de funcionar e desmoronou, a dívida privada multiplicada pelos financistas transformou-se em dívida pública. O capital real disponível havia sido multiplicado 10, 20, 30 vezes pelos bancos e as cifras atingiram o patamar de trilhões de dólares que agora eram realmente necessários para poupar as instituições financeiras da quebra total.

Governos e instituições internacionais, apoiados pelos seus respectivos bancos centrais, prontamente dispuseram-se a “resgatar” a economia a fim de conter um abalo ainda maior às finanças globais. Contudo, o preço desse resgate mensurou-se em vidas humanas, foi pago pelo desemprego generalizado, pela perda de casas e de segurança.

A fim de compreender de que modo essa situação pode acontecer, é necessário regressar ao começo da década de 1970 e ao cenário deixado pelos anos de pós-guerra e de pós-fordismo. A guinada financeira que possibilitou novos tipos de negociações de novos produtos financeiros criados dentro do próprio setor, que desencadearam a crise, foi marcada inicialmente pela quebra unilateral do tratado de Bretton Woods pelos EUA, que conectava a variação monetária ao ouro. O novo sistema baseado exclusivamente na variação do dólar, vinculou todo o mercado, que nos anos subsequentes se transformaria num

mercado global, ao dólar, flexibilizando os valores monetários e proporcionando uma expansão sem precedentes na produção de crédito.

Mudanças políticas precisamente marcadas pela ascensão do neoliberalismo, que surgiu como resposta a crise de estagnação econômica enfrentada em meados dos anos 1970, trouxeram mais combustível ao novo sistema financeiro que se desenhava com total desregulamentação fortalecendo e fomentando o processo de financeirização da economia.

O presente trabalho tem a intenção de demonstrar de que modo se construiu e se estabeleceu o contexto que possibilitou a crise de 2008. Primeiramente faz-se um retorno histórico necessário para a compreensão dos arranjos políticos desenrolados nas últimas décadas que criaram as possibilidades de livre crescimento da indústria financeira internacional, proporcionado pelas políticas neoliberais.

O segundo capítulo debruça-se sobre a crescente necessidade de crédito, que abasteceu esse sistema financeiro e que desencadeou, conseqüentemente, o endividamento das populações e dos Estados. A relação entre credores e devedores revela-se como uma relação de poder praticamente intransponível e a dívida como um aparato de coerção não apenas econômica como também moral. O dever de pagar subjuga Estados e cidadãos, encurralados pela necessidade de dinheiro (crédito) e pela insegurança econômica advinda do poder incomensurável que foi proporcionado aos bancos e instituições financeiras ao longo das últimas décadas.

Na parte final, são citados exemplos de conseqüências reais ocorridas nas vidas de milhares de pessoas em decorrência da austeridade aplicada aos Estados devedores. Uma leitura sobre a qualidade da saúde dos cidadãos deixa claro o caráter mortífero que decisões econômicas podem carregar.

Em seguida, são considerados alguns aspectos dos rearranjos pelos quais o capitalismo democrático vem passando, de modo a demonstrar o constante choque entre democracia e capitalismo e o perigo iminente que circunda essa relação dado às incompatibilidades entre os interesses sociais e os interesses das classes capitalistas.

2 A CONDIÇÃO NEOLIBERAL: O MERCADO FINANCEIRO COMO DESTINO DO EXCEDENTE E O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

A ideia de crise é bastante complexa, no âmbito do capitalismo não carrega um mero sentido negativo, pelo contrário, é através dela que é possível a recomposição e o realinhamento das forças produtivas do capital. Neste primeiro capítulo será feito um breve histórico da ascensão do neoliberalismo, mais fortemente a partir da década de 1970, observando-se os cenários de crise por ele ocasionados. Também se evidencia que foi através das políticas neoliberais que se criou a possibilidade para o processo de financeirização da economia e do consequente desenvolvimento do mercado global de capitais, o que se constitui numa nova forma estrutural para o processo de acumulação de capital¹.

Ao tratar do neoliberalismo neste primeiro capítulo, tem-se o intuito de abrir caminho para demonstrar de que modo as novas formas assumidas pelo capital através do surgimento dos produtos financeiros, proporcionado por essa condição político-econômica, também construíram novas formas de submissão do Estado e dos cidadãos à economia.

O enredo desta primeira parte será dado pelo mais recente livro de António José Avelãs Nunes, *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*², no qual o autor tece importante contexto histórico através do qual se construiu o domínio do capital financeiro sobre o mercado mundial. Conjuntamente serão abordadas algumas ideias de David Harvey com relação às crises do capitalismo, explanadas no livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*³.

A dinâmica do capitalismo deve ser analisada com base na crise como sua consequência necessária, de modo que eventuais períodos de estabilidade devem ser considerados excepcionais.⁴ Sob essa perspectiva, o século XX

¹ ALVES, G. A. P. *Crise do Capital e Estado Neoliberal – Algumas notas críticas*. p. 2-3. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Jornadas/V%20Jornada/Texto%20Giovanni_04.doc. Acessado em 09/09/2013.

² NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

³ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁴ MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 126.

carrega exemplos consistentes, proporcionados principalmente pela construção da condição neoliberal. Abarcando uma das crises econômicas mais emblemáticas da história na primeira metade do século e construindo durante a segunda metade, e entre várias outras pequenas crises, o terreno sobre o qual eclodiria a grande crise do início do século XXI.

2.1 A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

O começo do século XX foi marcado pela extensa crise econômica dos anos 1930 conhecida como a Grande Depressão. Esse momento histórico fez surgir instrumentos econômicos inovadores, que têm como porta-voz científico J. M. Keynes, através dos quais se desenvolveram mecanismos de política monetária e fiscal no âmbito da gestão macroeconômica do Estado, com o fim de regular o ciclo capitalista e evitar que alcançasse novamente níveis depressivos como ocorrido em 1929⁵.

Passada a Grande Depressão, os trinta anos seguintes do pós-guerra, a partir de 1945, foram considerados os anos dourados do crescimento econômico, principalmente nos EUA e Europa Ocidental. Foram décadas de crescimento econômico sem nenhuma crise financeira de dimensões consideráveis. Boas taxas de crescimento, baixo desemprego e ausência de pressões inflacionistas, somados às políticas de inspiração keynesiana, que promoveram um setor financeiro fortemente regulamentado, deram a impressão de que os vícios que Keynes atribuíra ao capitalismo (desemprego involuntário e acentuada desigualdade) teriam sido curados e muitos chegaram a crer que se atingira um *capitalismo sem crises*.⁶ A maioria dos bancos comerciais à época eram negócios locais e eram proibidos de especular com as economias dos depositantes. Os bancos de investimento, que operam com ações e títulos, eram pequenas sociedades privadas nas quais os próprios sócios colocavam dinheiro e o cuidavam com muito zelo.

⁵ ALVES, G. A. P. *Crise do Capital e Estado Neoliberal – Algumas notas críticas*. p. 2.

⁶ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 19.

Os trinta anos gloriosos, 1945 a 1975, ficaram marcados pelo modo de produção que ficou conhecido como *fordismo*, que combinava uma ampla divisão do trabalho, com equipamentos especializados, sindicatos fortes e a produção em massa de bens padronizados, facilitando e acelerando o processo de transição da vida rural para a vida urbana e industrial, proporcionando o acesso da população a bens de consumo duráveis. Contudo, ao final dos anos 1960, houve uma crescente recusa dos trabalhadores a se submeterem à disciplina das linhas de montagem, acompanhada de reivindicações por melhores salários e diminuição da carga horária de trabalho⁷.

Nessa mesma época o crescimento começou a baixar e o período ininterrupto de progresso que havia proporcionado um Estado de bem-estar em constante expansão, a solidificação dos sindicatos e dos direitos dos trabalhadores à livre negociação coletiva, os reajustes salariais periódicos e a garantia política do pleno emprego, subscreitos pelo amplo uso das táticas econômicas keynesianas, passou a ser uma combinação difícil de manter, desencadeando ainda no final da década de 1960 uma onda mundial de militância trabalhista, firmada por um forte senso de direito político a uma vida em constante melhoria e sem medo do desemprego⁸.

Em seguida, face à primeira crise do petróleo (1973-1975), surgiu um fenômeno novo, a *estagnação*, o qual consiste na coexistência da estagnação econômica e de taxas elevadas e crescentes de inflação, situação que embasbou os seguidores das teorias de Keynes⁹.

Sem demora, entusiastas do neoliberalismo condenaram o “estado keynesiano”, culpando-o pela crise e considerando-a uma consequência desse pensamento. Iniciou-se a “contra-revolução monetarista” traduzida na imposição

⁷ STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-79/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-cidadao-como-consumidor>. Acessado em 22/05/2013.

⁸ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, nº 92, Março, 2012. p. 40.

⁹ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 19.

de dogmas neoliberais, concepções que ressuscitaram aquilo que se julgava morto sob o keynesianismo¹⁰.

O neoliberalismo, na concepção de David Harvey, é um projeto de classe surgido na crise dos anos 1970, que acobertado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e enaltecendo a privatização, o livre-mercado e o livre-comércio, buscou legitimar políticas draconianas para atingir a restauração e a consolidação do poder da classe capitalista¹¹.

Esse modelo de governança nasce justamente da necessidade de expansão dos mercados, dominados, obviamente, pelos detentores do capital. O liberalismo clássico tem como essência a liberdade, não no sentido do livre arbítrio, mas na perspectiva do agir humano. Sob essa dimensão de liberdade se apregoa a auto-realização de cada um, o que o cidadão fizer visando seus próprios interesses é o que de melhor pode fazer para toda a sociedade, pensamento construído pelos fisiocratas nos primórdios do século XIX.

Contudo, o liberalismo se desenvolveu como uma doutrina de uso interno, de modo que a soberania nacional impedia a internacionalização de cada um dos liberalismos nacionais, de tal maneira que não acompanhavam mais a expansão do mercado para além das fronteiras, razão pela qual precisou reformular-se. A fim de permitir que o mercado circule entre os diversos Estados sem entraves surge a teoria neoliberal¹². É a aceitação do liberalismo de um Estado por outro, e em se tratando de países periféricos/subdesenvolvidos a relação é mais uma imposição do que uma aceitação.

A ideia de liberdade de agir é a que encabeça a desnecessidade de intervenção do Estado, que apenas levantaria obstáculos ao livre agir do indivíduo. A crise dos anos 1970, que combinava baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, desencadeou a reinvenção do estado mínimo,

¹⁰ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 20.

¹¹ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p.16.

¹² AWAD, Fahd Medeiros. Neoliberalismo e Estado: conceitos de liberalismo, neoliberalismo e globalização. In: *Crise dos direitos fundamentais sociais em decorrência do neoliberalismo*. Dissertação. 120f. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. p. 32-34.

radicalmente anti-keynesiana, e permitiu que as ideias neoliberais se fortalecessem. Hayek, expoente filosófico do neoliberalismo, afirmava que as raízes da crise estavam no excesso de poder nefasto que o movimento operário e os sindicatos obtiveram naqueles ‘anos dourados’, que suas demandas por melhores salários e programas sociais do Estado haviam destruído as bases da acumulação capitalista¹³.

Sendo o trabalho considerado um dos principais obstáculos para a continuidade do acúmulo de capital e da consolidação do poder da classe capitalista, já na década de 1960 haviam sido iniciadas diversas políticas de imigração para suprir a necessidade de mão de obra mais barata e menos exigente. O Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965 aboliu as cotas de origem nacional permitindo à população excedente global o acesso ao capital dos EUA. Da mesma forma, no fim dos anos 1960 o governo francês começou a subvencionar a importação de mão de obra da África do Norte, assim como os alemães fizeram com os turcos e os suecos com os iugoslavos¹⁴.

As manobras para adaptação do trabalho às novas demandas de produção proporcionaram ao capital o alcance de trabalho de baixo custo em todo o mundo. As empresas norte-americanas encharcadas de capital excedente devido à grande acumulação da era fordista começaram a expatriar sua produção, processo que se acelerou na década de 1970. Para que o capital excedente ganhasse mobilidade e pudesse ser realocado foi necessário, sobretudo, um novo arranjo financeiro para circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido. Uma das manobras essenciais para se atingir esse fim ocorreu no início da década de 70 quando a Administração Nixon rompeu de forma unilateral o tratado de Bretton Woods e deixou de utilizar o padrão-ouro para a conversão do dólar (35 dólares por onça troy de ouro), passando ao regime de câmbios flutuantes. Devido ao enorme peso dos EUA no cenário mundial e ao seu poder de pressão, o regime de câmbio flexível foi adotado pelos demais países fazendo com que a taxa de câmbio de suas moedas se fixasse ao dólar para facilitar o comércio global, o que gerou uma instabilidade cambial crônica que ainda persiste. A partir

¹³ AWAD, Fahd Medeiros. Neoliberalismo e Estado: conceitos de liberalismo, neoliberalismo e globalização. p. 35.

¹⁴ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 20.

de então houve um largo processo de desregulamentação do setor financeiro, com início ao final dos anos 1970 atingindo um patamar incontrolável nos anos 1990¹⁵.

2.2 REINO DO DEUS MERCADO

A constrição dos salários, o controle dos trabalhadores, o aumento e internacionalização da produção e de mercadorias e o capital excedente construíram um novo cenário de consumo. O que o trabalhador ganhava e o que ele podia gastar estavam em níveis diferentes não havendo demanda suficiente para toda aquela produção, o que fez emergir a indústria do crédito, que cresceu no estilo bola de neve. A oferta de crédito aumentou o endividamento e a dívida das famílias, cujos rendimentos não estavam aumentando na mesma proporção, de forma que tiveram de ser amparadas por instituições financeiras para conseguir cumprir suas obrigações. Sob a necessidade de esvaziar o excedente, essas mesmas instituições passaram a financiar também as dívidas daqueles que não tinham rendimento fixo, facilitando os requerimentos de crédito para todos. E isso aconteceu não apenas com o crédito imobiliário, mas com todas as formas de crédito para qualquer tipo de produto e o endividamento ia apenas aumentando¹⁶.

Uma das alternativas para o capital excedente foi o aumento artificial da demanda através da injeção de crédito aos consumidores. Porém, a exportação do capital e o cultivo de novos mercados ao redor do mundo foi outra forma de resolver a questão, mais explorada a partir dos anos 1970. Os bancos de investimento de Nova York estavam cheios de excedentes dos petrodólares que se tornaram superabundantes durante as crises do petróleo e o aumento de seu preço e também precisavam ser realocados em um destino mais rentável. Foram feitos empréstimos maciços para os países em desenvolvimento como México,

¹⁵ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 22.

¹⁶ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 24.

Brasil, Chile e Polônia¹⁷ e essa medida traçou os antecedentes da crise das dívidas desses países.

As dificuldades desses países para pagar a dívida surgiram na década de 1980 devido ao repentino aumento na taxa de juros após 1979. Para controlar essa questão os Estados Unidos revigoraram o Fundo Monetário Internacional para que aplicasse “programas de reajuste estrutural” como forma de garantir a execução dos pagamentos. Sempre que um país recorria aos serviços do FMI o apoio era condicionado à aceitação dos princípios da *livre convertibilidade da moeda* e da *livre circulação internacional de capitais*¹⁸.

Para que tudo isso fosse eficaz ainda era preciso que se construísse um sistema globalmente interligado de mercados financeiros. A virada política em prol do capital financeiro acontece com a desregulamentação e liberalização financeiras através de medidas tomadas entre 1979 e 1981 pelos governos Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra visando eliminar barreiras entre os diferentes mercados internos e os controles dos movimentos de capitais com o exterior¹⁹, pois todos os bancos - menos os de investimento, que haviam sido judicialmente separados de instituições de conta corrente - somente podiam operar dentro de um Estado²⁰.

A integração dos mercados financeiros global e nacional foi considerada vital o que ocasionou a articulação de ações globais e mercados de negociação financeira em 1986. O processo que ficou conhecido como “Big Bang” conectava Londres e Nova York e logo todos os mercados financeiros mais importantes do mundo. Os bancos então não mais precisavam se incomodar com fronteiras e o capital-dinheiro líquido rodava livremente pelo mundo em busca das melhores taxas de retorno²¹.

¹⁷ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 24.

¹⁸ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 24.

¹⁹ LOPYDA, Ilan. *“financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Dissertação (mestrado em Sociologia). 223f. São Paulo, 2011. Universidade de São Paulo. p. 32.

²⁰ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 25.

²¹ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 25.

Avelãs Nunes aponta o processo de globalização financeira como fator de importância fundamental para a globalização neoliberal. A criação de um mercado único de capitais à escala mundial consagrado no princípio da liberdade de circulação de capitais permite que especuladores emprestem e aloquem dinheiro em qualquer parte do mundo. Tal processo só se consolida por ter como características intrínsecas a desintermediação, a descompartimentação e a desregulamentação²².

A desintermediação significa que seguradoras, bancos, fundos de investimento, fundos de pensões e mesmo os Tesouros nacionais de alguns países tem acesso direto e em tempo real aos mercados financeiros de todo o mundo para a colocação de fundos disponíveis e obtenção de crédito, sem qualquer necessidade de intermediários²³.

A descompartimentação é a junção de todos os mercados, monetário, financeiro, de câmbio e a prazo em um mercado financeiro único em escala mundial²⁴.

A desregulamentação é a liberalização plena dos movimentos de capitais. Tal processo iniciou nos EUA nos anos 70, seguido pela abertura do sistema financeiro japonês em 1983/1984, acompanhado da dissolução do sistema nacional de controle de câmbio na Europa e a liberalização imposta aos países da Europa Central, da América Latina e da Ásia do Sudoeste²⁵.

Os especuladores passaram a ter liberdade absoluta. A possibilidade de fazer circular através de transações financeiras milhões de dólares a mais do que há no mercado comercial possibilita o alcance de lucro fácil e imediato. A consequência direta de tais operações é o aumento da instabilidade e da incerteza, que agravam os custos do funcionamento da economia, ao passo que especuladores acumulam enormes ganhos de capital. Contudo, a possibilidade de

²² NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 26.

²³ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 26.

²⁴ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 26.

²⁵ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 26.

fazer circular milhões e milhões de dólares alcança apenas os grandes conglomerados transnacionais, pois só eles tem acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. As pequenas e médias empresas, que constituem, em geral, a base da estrutura de produção e emprego ficam à margem dos ganhos desse mercado livre, assim como os países mais fracos e menos desenvolvidos²⁶.

Estava fundado o reino do deus mercado. A política de globalização neoliberal, baseada na imposição de um mercado único de capitais à escala mundial, apoiada sobre a liberdade absoluta da circulação de capitais, conduziu à supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo e à criação de um mercado mundial da força de trabalho, agravando a exploração dos trabalhadores²⁷.

Com este cenário, não seria errado considerar uma substituição da política pelo mercado, contudo também é possível considerar o mercado como uma outra forma de fazer política, considerando que assim como o estado, o mercado é uma instituição política. Instituição historicamente recente na sociedade, surgida em meados dos séculos XV/XVI quando a produção familiar foi substituída pela empresarial e as novas empresas formaram sociedades comerciais criando um novo tipo de patrimônio, separado daquele individual e familiar. Às empresas não cabia mais somente aquele rendimento para sustento da família, era possível ter um rendimento próprio da sociedade comercial, proporcionando a acumulação de riqueza para a família através do lucro. A partir daí tornam-se necessários cálculos econômicos para averiguação desse lucro, sem o qual a empresa vai à falência²⁸.

Percebe-se, então, que o mercado não é absoluto, não é inerente à natureza das coisas, nem o único meio de gestão da economia. É necessário considerá-lo, da mesma forma como ao estado, como uma instituição social, criada no decorrer da história, contornada por determinadas circunstâncias

²⁶ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 27.

²⁷ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 21.

²⁸ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 21.

econômicas, sociais, políticas e ideológicas, que regula e mantém estruturas de poder que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre outros grupos sociais, uma instituição que serve os interesses de uns, mas não os de todos; são intrinsecamente políticos, portanto. O mercado e o estado são instituições sociais e por isso não apenas coexistem como são interdependentes, influenciando um ao outro em sua interação²⁹.

2.3 A FINANCEIRIZAÇÃO E O CAMINHO PARA A CRISE DE 2008

Sem qualquer forma de regulamentação, o capital financeiro ficou solto passando por um processo de inovação financeira combinada com avanço tecnológico que desenvolveu novos tipos de produtos financeiros complexos, os chamados *derivativos* (ou derivados). As finanças teóricas surgiram em 1973, por meio dos trabalhos de Fischer Black e Myron Scholes, que estabeleciam uma relação entre o preço implícito de uma opção e as variações do ativo ao qual ela está vinculada. Os cálculos matemáticos foram posteriormente desenvolvidos por Robert Merton e a fórmula Black-Scholes e suas diferentes declinações foram o fundamento para a criação de um número infinito de derivativos. Esse trabalho foi inspirado por uma tese escrita por Henri Poincaré no ano de 1900. No ano de 1997 as finanças teóricas e a tese dos derivativos foram consagradas quando Scholes e Merton receberam o Prêmio Nobel de Economia³⁰.

Economistas e banqueiros afirmaram que esses produtos deixariam o mercado mais seguro, quando na verdade o deixaram mais instável. São produtos virtuais que criam capital puramente fictício com valor fixado com base no ganho que os 'apostadores' prevêem que poderão obter, servem única e exclusivamente para ganhar dinheiro com a especulação, ou seja, possibilitam que se aposte em absolutamente qualquer coisa³¹.

²⁹ Ibid. p. 22.

³⁰ WARDE, Ibrahim. De onde vêm os derivativos? *Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil: Crise bancária, o roubo do século*, São Paulo, nº 08, p. 17, 2011.

³¹ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 28.

O tipo mais perigoso desses produtos são os chamados *over-the-counter derivative markets*, que na última década do século XX teve seu volume de transações aumentado de 24,6 mil milhões de dólares em 1992 para 94,6 mil milhões de dólares em 1999, atingindo em 2007 um valor igual a 73,5 vezes o PIB nominal do mundo. Sob a justificativa de que esses produtos criam condições muito mais eficientes para o comércio mundial seus defensores permanecem proclamando as virtudes dos derivativos, um fenômeno completamente alheio às necessidades da economia real³². Esses produtos financeiros ocasionaram uma autonomia da riqueza financeira com relação à produção, demonstrada pelo gráfico a seguir, onde se visualiza que entre 1980 e 2007 os ativos financeiros cresceram aproximadamente quatro vezes mais do que a riqueza real, expressa pelo PIB³³.

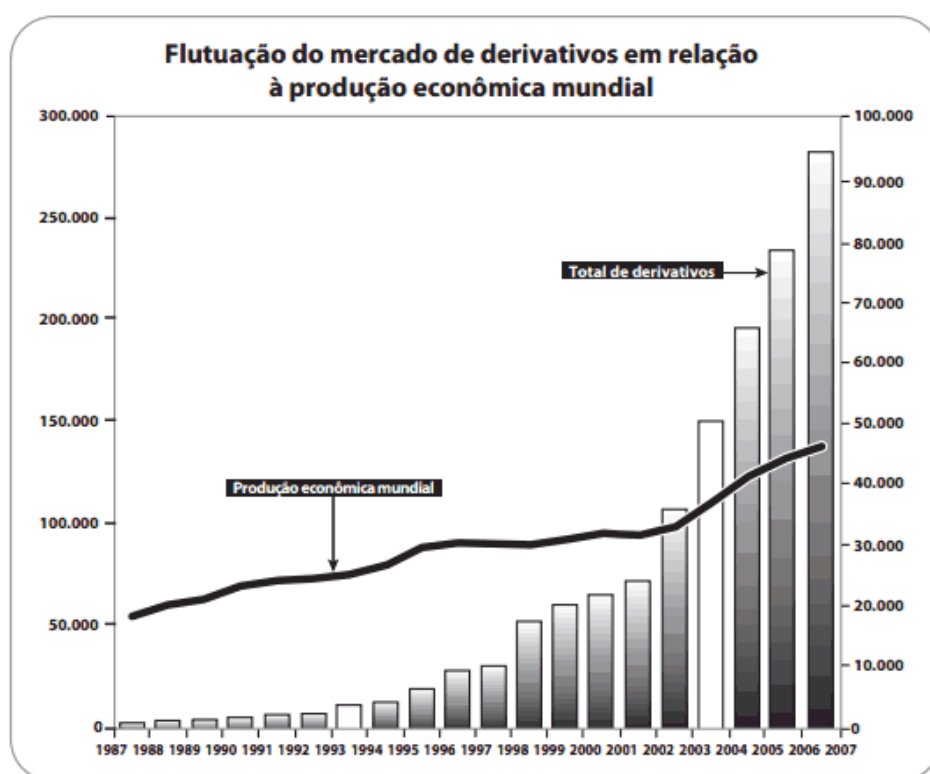


Figura 1. HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. p. 27.

A ausência de controle dos mercados financeiros e dos movimentos de capitais pelos estados permitiu uma onda de fusões, concentrações e aquisições

³² NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 29.

³³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Revista Novos Estudos*. São Paulo, nº 86, Março, 2011. p. 57.

de empresas financeiras. Um estudo recente do Instituto Federal Suíço de Tecnologia, publicado em 2011, transparece o grau de concentração do poder econômico-financeiro nos centros de decisão a nível mundial. Os autores selecionaram 43.060 empresas transnacionais registradas no banco de dados Orbis 2007. Neste conjunto detectaram mais de 600 mil participações diretas e mais de um milhão de participações indiretas no capital de outras empresas. Dentre elas apuraram um núcleo das 1318 mais poderosas transnacionais que representam 20% do rendimento global. Uma análise mais acurada demonstrou que cada uma dessas participa, em média, do capital de outras 20 grandes empresas, de modo que este grupo de 1318 empresas detém ou controla, conjuntamente, aproximadamente 60% da economia mundial. Dessas 1318, 147 dominam grande parte das restantes, concentrando 40% de toda a rede. Dessas 147, $\frac{3}{4}$ são instituições financeiras, bancos, seguradoras, fundos de investimento e fundos de pensões. São o verdadeiro “governo” do mundo capitalista contemporâneo, revelando o que são “os mercados” atuais e sua incompatibilidade com a democracia³⁴.

Todo o processo de financeirização desde 1973 caracterizou-se pela necessidade de lidar com o problema da absorção do excedente. Sob essa perspectiva, Harvey questiona, mas de onde viria o dinheiro a mais, a liquidez a mais? Na década de 1990 tornou-se claro que a resposta era: do aumento do endividamento em relação ao capital existente. O dinheiro que os bancos emprestam corresponde, geralmente, a três vezes mais do que o dinheiro existente sob depósito, com base na crença de que os devedores nunca se tornarão inadimplentes todos ao mesmo tempo. A relação entre o dinheiro emprestado e o dinheiro real em depósito é chamada de *alavancagem*. Na década de 1990 essa proporção aumentou consideravelmente porque os bancos começaram a conceder empréstimos uns aos outros e até 2005 a razão dívida-capital chegou a ser de 30 para 1. Isso significa que uma pequena queda de 3% na base de ativos do banco poderia deixá-lo insolvente. Harvey metaforicamente sugere que era como “se a comunidade bancária tivesse se retirado para a cobertura do capitalismo na qual fabricava uma grande quantidade de dinheiro

³⁴ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 31.

pelo comércio e endividamento entre os próprios bancos” simplesmente ignorando o que faziam os trabalhadores do porão. Porém, assim que problemas atingiram alguns bancos a confiança entre eles desmoronou e a liquidez fictícia sumiu, dando início a um processo de desendividamento, que provocou perdas substanciais e desvalorização do capital desses bancos. Aqueles que estavam no porão então puderam ver o que havia sido feito na cobertura pelos últimos vinte anos³⁵.

A financeirização é um arranjo financeiro distorcido. Caracteriza-se por um processo que se baseia na criação de riqueza financeira artificial, ou seja, que está desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços. Através desse processo rentistas associados a profissionais liberais do setor financeiro conseguem controlar uma parte considerável do excedente econômico que a sociedade produz, fato que concentra a renda nos um ou dois por cento mais ricos da população.³⁶ A artificialidade do capital produzido, portanto, depende intrinsecamente do capital real.

Outra invenção das inovações financeiras foi a *titularização de créditos*, que teve importância crescente a partir dos anos 2000, e compõe um dos instrumentos do processo de financeirização que se acentuou a partir da década de 1980. Essa manobra está na base da crise financeira de 2008. Casas eram vendidas a crédito para quem não tinha capacidade financeira e para quem apenas tinha interesse em especular com a valorização dos imóveis a curto prazo. Em seguida, eram emitidos novos títulos obrigacionais assentados nas hipotecas dessas mesmas casas³⁷.

Avelãs menciona que alguns autores chamam esse processo de *financeirização do rendimento pessoal dos indivíduos* ou das famílias que recorriam ao crédito oferecido pelos bancos não apenas para comprar suas casas mas também para custear a educação e a saúde. Desse crédito especuladores

³⁵ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 33.

³⁶ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? p. 57.

³⁷ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 47.

extrairiam um lucro financeiro puramente especulativo, ao que Costas Lapavistas, citado por Avelãs, chama de “expropriação financeira”³⁸.

A especulação tornou-se tão voraz que a medida em que os preços das habitações iam aumentando as pessoas comuns que já haviam feito um empréstimo eram encorajadas a fazer uma nova hipoteca para receber mais crédito o qual seria igualmente titularizado, como que num ciclo vicioso. Esses *produtos derivados* (os títulos obrigacionais negociáveis) começaram a ser vendidos em pacotes nas bolsas, assentados nas hipotecas das famílias que haviam sido adquiridas por investidores institucionais. Os operadores desse ciclo imaginavam poder vender esses créditos titularizados sem limitações, o que fez com que entre 2004 e 2005 79,3% das hipotecas tivessem sido titularizadas³⁹.

O dinheiro disponível excedia a capacidade de investimento na economia real, o que não impediu que os investidores resolvessem explorar ainda mais a situação, fazendo mais empréstimos sem preocupar-se com uma eventual necessidade de reembolso (deste modo que os bancos chegaram ao índice de alavancagem de 30 para 1). Foi inventada então uma nova categoria de empréstimo, os chamados *subprime*, assim chamados porque eram concedidos a qualquer pessoa sem que fosse exigida capacidade para pagamento da dívida, pessoas sem rendimentos, nem emprego ou ativos⁴⁰.

Nos EUA o endividamento das famílias, iniciado ao final dos anos 1970, alcançava 120% do rendimento disponível, graças ao estímulo ao crédito para consumo fortalecido a partir da década de 2000. Em meados de 2006 o preço das habitações começou a baixar e no começo de 2007 aproximadamente 15% das famílias que receberam o crédito fácil deixaram de pagá-lo, o que equivale a 2 milhões de famílias. Foi o início da crise dos *subprime*⁴¹.

³⁸ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 47.

³⁹ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 47.

⁴⁰ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 48.

⁴¹ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 48.

Toda a cadeia construída em torno dos produtos financeiros derivados, da titularização dos créditos, do seguro e até do resseguro desses mesmos produtos, o que havia sustentado o lucro massivo de enormes bancos e seguradoras, começou a ruir. Com a baixa progressiva dos preços ninguém mais queria comprar esses produtos e chegou-se ao fim do caminho que se considerava ilimitado: acabaram-se os fundos para especulação, as famílias ficaram ainda mais endividadas e as taxas de poupança baixaram⁴².

A Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, começou a emprestar dinheiro para os bancos em colapso. O governo adquiriu as empresas *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, duas gigantes do crédito hipotecário que detinham sozinhas cerca de metade do mercado dos créditos hipotecários, resgate que custou 200 mil milhões de dólares⁴³. Mesmo assim, um dos maiores bancos do país, o *Lehman Brothers* decretou falência em 15 de setembro de 2008. Assim se sucedeu um circuito de resgates das empresas que eram “grandes demais para falir” e o governo dos EUA injetou 700 bilhões de dólares para tentar reequilibrar o sistema. O mesmo ocorreu na Europa, o corredor Nova York-Londres fez abalar o sistema financeiro europeu em proporções igualmente assustadoras e o Conselho Europeu anunciou em outubro de 2008 que não deixaria que nenhuma instituição financeira importante falisse. Tanto na Europa quanto nos EUA os estados colocaram milhões e milhões de euros para salvar as instituições financeiras do fogo que elas mesmas tinham ateadado. Foram nacionalizadas no todo ou em parte, mas sem que sua administração passasse efetivamente para o governo⁴⁴.

Em meados de 2009 ficou claro que apenas não houve um colapso total graças à intervenção financeira do estado capitalista que atingiu a cifra de 80% do PNB nos EUA e no Reino Unido, num nível sem precedentes na história do capitalismo⁴⁵.

⁴² NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 49.

⁴³ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 50.

⁴⁴ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 51.

⁴⁵ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 51.

A crise financeira e a crise econômica proporcionaram a crise fiscal dos países mais enfraquecidos da zona do euro, Grécia, Irlanda e Portugal, ocasionando uma crise do euro que não foi considerada comunitária, mas tratada como culpa desses países que deveriam e mereciam pagar sozinhos o preço da defesa do euro do ataque de especuladores. O custo foi o aumento do desemprego, a baixa dos salários, a redução dos direitos sociais, o solapamento financeiro dos sistemas públicos de seguridade social. A tese neoliberal da crise do estado social nunca foi tão exemplarmente provada, indo ao encontro do propósito originário do neoliberalismo de finalizar o compromisso keynesiano embasado num estado de bem-estar⁴⁶.

⁴⁶ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. p. 51.

3 CONSUMO, CRÉDITO E DÍVIDA: A RELAÇÃO DE CREDORES E DEVEDORES COMO UMA RELAÇÃO DE PODER

A crise de 2008 revelou uma nova relação entre o Estado, os cidadãos e o sistema financeiro. O desmoronamento do castelo de cartas do cassino construído nas bolsas de valores descobriu o poder ilimitado que os financistas conseguiram acumular nas últimas décadas através de lobby político, que garantiu a manutenção da desregulamentação do sistema, e de uma busca desenfreada e desmedida por mais e mais dinheiro. A busca pelo lucro é o coração do capitalismo, condição que possibilitou a esses profissionais o desenvolvimento de novas técnicas para multiplicação de capital sobre as regras mais elementares do próprio sistema. A falta de receio de que algo pudesse dar errado se fundamenta na certeza de que não apenas poderão recorrer aos Estados para socorrê-los, mas também de que a dívida *deve* ser paga.

O lucro é o objetivo do capitalismo, mais do que isso, o lucro máximo, sob pressão da concorrência que define a forma de andamento do crescimento no capitalismo, bem como a pressão pelo crescimento e pelo aumento da produtividade. Neste sentido, o crédito se desenvolve facilmente no capitalismo, pois potencializa a acumulação de capital através da ampliação do ritmo e da escala de produção, uma vez que pode antecipar a compra da força de trabalho e dos meios de produção, o que dispensa a espera pela mais-valia e sua transformação em lucro. O desenvolvimento do crédito passa a ser causa e efeito da grande indústria, sendo responsável pelo desenvolvimento potencial da acumulação de capital através da criação de riqueza, progresso técnico e aplicação da ciência⁴⁷.

Desde os anos 1960 o capitalismo viu agravar um processo de *sobreacumulação de capital*, que diz respeito à existência de determinados períodos em que há excesso de capital para além das possibilidades disponíveis de aplicação produtiva lucrativa. Isso se torna um obstáculo ao constante

⁴⁷ MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise atual. *Revista Economia*. Brasília. Setembro/Dezembro, 2011. p. 475-496. p. 482.

aumento do lucro o que provoca o acionamento de diferentes mecanismos para contorná-lo. A busca de valorização financeira torna-se o mecanismo mais utilizado e consiste em acumular capital por meio de empréstimos e aquisição de ativos financeiros. Isso não apenas ajuda na circulação do excedente como também provoca uma valorização fictícia, que surge da simples circulação do capital, ou seja, da compra e venda de ativos, fictícios ou não⁴⁸.

A necessidade do capital de se acumular para produzir lucro máximo possibilita que todo dinheiro excedente seja aproveitado fluindo para o caixa dos bancos para ser reconduzido ao processo de acumulação via empréstimos (crédito). Deste processo nasce a classe dos capitalistas financeiros, aqueles especializados no comércio de dinheiro, que obtém sua mais-valia através da produção onde o empréstimo é empregado. O crédito não apenas potencializa a acumulação de capital como faz surgir a já citada valorização fictícia, chamada por Marx de capital fictício. Quando o uso do capital-dinheiro de empréstimo produtor de juros é generalizado, o dinheiro recebido de forma regular é associado a um capital pelo processo de capitalização⁴⁹.

O cenário de desenvolvimento do capitalismo construído ao longo das últimas quatro décadas, iniciado como reação às crises da década de 1970, articula-se sob dois focos: um deles é a esfera do capital produtivo que passa por um longo processo de modificação das relações de trabalho e de elevação da exploração nas indústrias; o outro se concentra puramente na esfera financeira através de uma expansão relativamente autônoma dos recursos patrimoniais líquidos. A auto-expansão do capital fictício ultrapassa a acumulação produtiva atuando como redutor do ritmo do capital produtivo e subordinando-o à sua lógica⁵⁰.

Quando Marx define capital fictício faz a distinção entre o capital de empréstimo (aquele ampliado por uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo) e essa outra forma de capital financeiro, que se valoriza conforme expectativas,

⁴⁸ PAULANI, Leda. *Cadê a crise?* Disponível em <http://marx21.com/2011/03/20/leda-paulani-cade-a-crise-no-brasil/>. Acessado em 04/11/2013.

⁴⁹ MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise atual*. p. 482.

⁵⁰ MEYER, Victor. *O Estado capitalista de volta às origens? Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1999/12/estado.pdf>.

sem ter vínculo direto com a produção. O dinamismo alcançado por essa espécie de capital hoje o torna peculiar com relação a outras fases do capital fictício que acompanha o capitalismo desde seus primórdios, principalmente pelo peso específico que alcançou dentro do capital financeiro em geral e pela sua capacidade de adentrar em todas as esferas da economia⁵¹, condições proporcionadas diretamente pelo processo de ascensão do mercado financeiro de capitais sob o neoliberalismo.

Essa expansão financeira aparentemente se torna autônoma e são os bancos que se firmam como um dos mais eficientes focos de difusão do “capital fictício autonomizado”. Enquanto o capital real, no processo de produção, por meio da exploração da força de trabalho gera mais valia que garante sua própria expansão, o capital fictício é analisado como o que ocorre ao se desenvolver o sistema de crédito e perde relação com a produção real⁵².

Quando as funções técnicas do dinheiro, no processo de circulação do capital produtivo, transformam-se em função autônoma de um capital particular, surge o capital financeiro que, ao estruturar-se nos bancos e demais instituições financeiras, permite amplo desenvolvimento do sistema de crédito.

A crise financeira de 2008 revelou a forma voraz como o capital fictício depende estruturalmente do capital real, uma vez que o crédito apóia-se inicialmente no capital existente. A expansão das linhas de crédito e o desenvolvimento de mecanismos que permitiram aos emprestadores especular com as dívidas daqueles que tomavam os empréstimos (revendê-las, assegurá-las etc) fez nascer uma nova forma de relação de poder entre o credor e o devedor, de forma que quando ocorre qualquer erro no jogo financeiro ou a eventualidade da inadimplência por razões externas, todo o dinheiro criado a partir dos mecanismos especulativos que não tem correspondente real pode ser destruído da mesma forma como foi criado.

⁵¹ MEYER, Victor. O Estado capitalista de volta às origens? Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo.

⁵² MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. p. 483.

Para contemplar a ascensão do crédito financeiro, primeiramente será exposta a perspectiva de Wolfgang Streek acerca do cidadão como consumidor endossada pelas ideias de David Harvey a respeito da necessidade do crédito como meio de possibilitar o aumento do poder aquisitivo a fim de suprir a necessidade de demanda efetiva para absorver os produtos produzidos. Em seguida, expõem-se as ideias de Jérôme E. Roos⁵³, que reflete sobre dívida, disciplina e democracia sob a condição neoliberal, acompanhado pelas teorias de autores como David Graeber⁵⁴ e Maurizio Lazaratto⁵⁵ revelando a relação de poder desenvolvida entre credores e devedores que garante tanta tranquilidade aos apostadores do sistema financeiro. O *dever de pagar* endossado pelo poder dos credores é o que abala Estados e cidadãos devedores, que posteriormente serão vítimas de políticas austeras à pretensão de reequilibrar orçamentos.

3.1 O CIDADÃO COMO CONSUMIDOR E A NECESSIDADE DO CRÉDITO

O fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, como já comentado no primeiro capítulo, marcou um período de mudança na história do capitalismo democrático do pós-guerra. Os “trinta anos gloriosos” estariam saturados por um modo de produção e consumo que depois de sustentar o longo período de crescimento foi resumidamente referenciado como “fordismo”, tendo seu fim marcado por ondas de agitação sindical e recusa dos trabalhadores a se submeterem às linhas de montagem, somadas a reivindicações de redução da carga horária e melhores salários.

Mas não foi apenas o mercado de trabalho que se tornou terreno fértil para o avanço da acumulação capitalista, o mercado de produtos também passava por

⁵³ ROOS, Jérôme E. The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition. Paper delivered at: *COST World Financial Crises Conference “Finance, Power and the Crisis”*. Berlim, Setembro, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4407749/The_Making_o_the_Indebted_State_Debt_Discipline_and_Democracy_under_the_Neoliberal_Condition. Acessado em 25/09/2013.

⁵⁴ GRAEBER, David. *Debt: the first 5.000 years*. New York: Melville House Publishing, 2011.

⁵⁵ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

mudanças estruturais, e ambas estavam conexas. O fordismo criou a produção em massa de bens padronizados para sociedades que estavam ainda em transição da vida rural para a vida urbana e industrial e pela primeira vez na história de suas famílias compravam bens de consumo duráveis, como carros e geladeiras. Não havia variedades e múltiplas opções, normalmente era apenas um tipo de produto e com um tempo de espera considerável⁵⁶.

A rebelião dos trabalhadores ao fim da década de 1960, que exigiam maior participação nos lucros daqueles anos de crescimento ininterrupto e pleno emprego, acompanhou uma mudança também na exigência dos consumidores. No Ocidente rico os mercados para bens de consumo duráveis, com o mesmo padrão, apresentavam sinais de saturação. As necessidades básicas haviam sido supridas, para que uma máquina de lavar nova se a que foi comprada ainda funciona? Apenas compras de reposição não conseguiriam sustentar altas taxas de crescimento econômico⁵⁷.

A estagnação do consumo e o desinteresse dos consumidores logo provocaram novas estratégias de mercado. A padronização foi substituída pela personalização. O avanço da tecnologia microeletrônica, a sofisticação do design nos anos 80 e a maior flexibilidade das máquinas e do trabalho tornaram possível personalizar as mercadorias de maneira sem precedentes. A produção em massa deu lugar ao que se pode chamar de produção de nicho em grande escala, buscando aproximar-se cada vez mais das preferências idiossincráticas de grupos cada vez menores. A “vontade” do consumidor passou a ditar as regras do que seria produzido e a necessidade deu lugar ao desejo de consumo⁵⁸.

A publicidade também cumpre relevante papel na manipulação e influência das necessidades, vontades e desejos das populações para garantir um mercado potencial. Mas para além da publicidade, também se faz necessário que as mercadorias e serviços desse mercado sejam absorvidos pela formação de uma vida que necessita diariamente desses produtos. A continuidade da expansão

⁵⁶ STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado.

⁵⁷ STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado.

⁵⁸ STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado.

eterna da acumulação do capital depende intrinsecamente da criação perpétua de novas necessidades. Essa ascensão do consumidor que agora se sente e se reconhece como tal não apenas possibilita a continuidade da acumulação, como também, e principalmente, representa aquilo do que depende o capitalismo: o consumismo⁵⁹.

A nova fase da indústria, o desenvolvimento de produtos personalizados, a menor durabilidade das coisas, a individualização tanto de consumidores quanto de produtos desenfreou uma nova maneira de consumo, a movimentação do mercado para a satisfação dos desejos no lugar das necessidades fez emergir diversos setores da indústria, como o de bens de luxo, seguindo sempre o padrão de diferenciação crescente e alta rotatividade de produtos. Da culinária aos esportes, tudo foi incorporado a esse novo processo de comercialização e diferenciação. Juntamente com isso emergiu um novo modo de socialização, uma nova maneira de indivíduos conectarem-se uns com os outros. As inúmeras possibilidades de compra nos mercados ricos fizeram nascer um mecanismo que concebe um ato de compra como um ato de autoidentificação e autoapresentação, vinculando o indivíduo a certos grupos sociais e afastando-o de outros⁶⁰.

A vida girando em torno do consumo e a possibilidade de se diferenciar através dele cria a ideia de que o consumir é alcançável por qualquer um e mais, que atingir determinado padrão de vida expressado através de produtos/marcas deve ser encarado como um objetivo. Tudo que se necessita é dinheiro. A diferenciação amplia consideravelmente a produção. Tal produção depende de uma demanda efetiva para se sustentar e tal demanda reside no consumo capitalista. Contudo, o consumo pessoal capitalista parece ser uma fonte muito fraca de demanda efetiva, de forma que quanto mais o capital centralizado concentra riqueza em uma pequena parcela da população, menos o consumo é eficaz para estimular a demanda. Portanto, deve haver um reinvestimento capitalista em determinado período de tempo para que produção e demanda se equiparem. Neste ponto surge o sistema de crédito que entra no processo de

⁵⁹ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p.91-92.

⁶⁰ STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado.

circulação como solução ao problema da demanda efetiva, para dar capacidade de consumo e possibilitar a absorção da produção exacerbada por aquele modo de vida diferenciado⁶¹.

É um conjunto de contextos que compõe a ascensão do sistema de crédito como o conhecemos hoje. A composição desses contextos esta conectada a um momento de crise do capitalismo no qual se buscaram novas saídas e novos mecanismos para contorná-la. Quando houve a crise da oferta de trabalho acompanhada de ações para diminuir o poder político dos sindicatos na década de 1970 houve como consequência uma diminuição da demanda efetiva por produtos, ao mesmo tempo em que mudavam as relações entre produtores e consumidores e se construía um novo tipo de consumidor. Essa diminuição de demanda gerou dificuldades para absorção do excedente no mercado durante a década de 1990. Tal problema foi contornado pelo aumento do sistema de crédito para os trabalhadores que levou esta classe ao sobre-endividamento com relação à renda, fato que levou à crise de confiança na qualidade dos instrumentos de dívida⁶².

A crise atual se compõe de um aspecto central, mas ao mesmo tempo revela uma questão mais profunda e talvez menos evidente: não obstante o epicentro esteja nas tecnologias e formas de organização do sistema de crédito e da relação entre Estado e sistema financeiro, o que se percebe de mais profundo é o empoderamento capitalista excessivo com relação ao trabalho, o que promove uma repressão salarial. Essa repressão leva a problemas de demanda efetiva que se acentuam por um consumismo abastecido pelo crédito em excesso em uma parte do mundo e por um crescimento muito rápido da produção em novas linhas de produtos na outra parte⁶³.

⁶¹ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p.94.

⁶² HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p.99.

⁶³ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p.100.

3.2 A RELAÇÃO CREDOR-DEVEDOR COMO UMA RELAÇÃO DE PODER

Diferentemente da concepção de economistas neoclássicos que alocam a origem do dinheiro na troca, com a moeda substituindo gradualmente as ineficiências do escambo, David Graeber mostra com uma impressionante extensão de evidências antropológicas e históricas que o dinheiro na verdade originou-se como um meio de manter em conta uma gama de obrigações sociais. O dinheiro originado na dívida, inicialmente tinha uma função de registro e quantificação de obrigações e posteriormente tornou-se meio para pagá-las. Desfazendo a terra imaginária do escambo, perpetuada por economistas como a história contada para ilustrar como se davam as relações econômicas “antes de existir o dinheiro”, Graeber nos instiga a ultrapassar a concepção do dinheiro como uma commodity e reconceitualizá-lo como uma relação social. Em suas palavras: “o valor de uma unidade de moeda não é a medida do valor de um objeto, mas a medida da confiança de alguém em outro ser humano”⁶⁴. O autor destaca a capacidade do dinheiro de reduzir essas formas de confiança a uma questão aritmética impessoal, e através disso justificar coisas que do contrário seriam consideradas ultrajantes, como expulsar uma família com crianças de sua casa, ou extrair centenas de bilhões de euros de um país que já registra uma taxa de desemprego entre os jovens acima de 60%⁶⁵.

Uma dívida, na verdade, não é nada além de uma promessa. Quando é contraída entre duas partes de força equivalente, não gera grandes problemas, mesmo quando a promessa é quebrada. Contudo, quando uma das partes é mais frágil a dívida se transforma em relação de poder e seu pagamento se torna um imperativo moral superior a todos os outros. O sistema atual deixa bem claro a desigualdade na relação entre devedor e credor. Mesmo que ambas as partes entrem no mercado possuindo uma igualdade formal, no momento em que o devedor paga o dinheiro a natureza da relação com seu credor revela-se como uma hierarquia: agora espera-se que o devedor pague determinada quantia e o credor detém diversos meios de sanção para executar o pagamento dessa

⁶⁴ GRAEBER, David. *Debt: the first 5.000 years*. p. 47.

⁶⁵ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 3.

quantia. Deste modo, moralidade e violência aproximam-se da ideia de endividamento. Graeber afirma que a melhor forma de tornar moral uma relação fundada na violência é recompondo-a através da dívida, pois isso faz com que a vítima tenha a impressão de que é ela que está fazendo alguma coisa errada⁶⁶. O devedor sente uma espécie de culpa por ser devedor.

Quando o padrão-ouro era usado para compor a taxa de câmbio e estabelecer determinada proporção entre commodity e dinheiro, havia um limite à produção de crédito. Ao ser abandonado em 1971, a flutuação dos câmbios não estava mais limitada a nenhuma riqueza material, proporcionando a possibilidade de criação de crédito de forma ilimitada. Mas o maior acesso ao crédito não significa um aumento de poder, o poder não vem do aumento do poder aquisitivo gerado pelo crédito, como afirma Lazaratto⁶⁷:

O poder do dinheiro como estrutura financeira não deriva do maior poder aquisitivo. A força do capitalista não depende do fato de ele ser mais rico do que o trabalhador. Seu poder deriva do fato de que ele controla e determina a direção dos fluxos financeiros, em outras palavras, ele dispõe do tempo como decisão, como escolha, como possibilidade de exploração, subjugação, comando e gerência de outros homens.

Adiante Lazaratto aponta que o poder do capital reside no fato de que pode criar ou destruir dinheiro, enquanto o poder aquisitivo não proporciona isso. A criação de dinheiro nada mais é do que a oferta de crédito, ponto de onde advém a relação desigual que permite a subjugação dos cidadãos, o dinheiro só pode ser criado pelo Estado ou pelo capital financeiro⁶⁸, como nossa sociedade se organiza invariavelmente sob a necessidade de dinheiro, estabelece-se automaticamente uma relação de poder desequilibrada.

⁶⁶ GRAEBER, David. *Debt: the first 5.000 years*. p. 5.

⁶⁷ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. p.84.

⁶⁸ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. p.85.

A função social do crédito e do financiamento se desconectou radicalmente da economia e dos objetivos de geração de riqueza e promoção das capacidades individuais para um modelo de autonomização descontrolada de intermediação financeira e especulação. Elementos que deveriam servir como instrumentos assumiram o comando e tornaram-se fonte de normas⁶⁹.

Uma das constatações mais contundentes de Lazaratto é quando afirma que estar endividado significa o comprometimento do futuro do devedor, quer dizer que a vida da pessoa está condicionada *a priori* pelas exigências do pagamento. Tal concepção nos força a reconceitualizar a ideia de finança e seu papel na política econômica global. O setor financeiro deixa de ser uma perversão do capitalismo produtivo, amparado pela ideia de que se desconecta da economia real e passa a ser peça chave para a dinâmica de poder que sustenta todo o sistema. O setor financeiro está marcado sim pela especulação e pela ganância, mas isso não é o que lhe compõe intrinsecamente. Antes de tudo, é uma relação de poder. A dívida é o sistema financeiro do ponto de vista do devedor que deve pagá-la. O juro é o sistema financeiro do ponto de vista do credor, detentor de títulos que garantem o benefício através da dívida⁷⁰.

3.3 O CAPITAL FINANCEIRO ESTRUTURADO: DISCIPLINA DE MERCADO, PRODUÇÃO DE CRÉDITO E A DEPENDÊNCIA DO ESTADO

Faz-se necessário um paradigma econômico mais amplo do que aquele que se assenta na racionalidade do mercado para observar o modo como se estabelece a coordenação dos atores econômicos, como é construída a espessura do mercado, do Estado e da comunidade⁷¹. Para ligar economia e política, Roos propõe um retorno à relação entre capital e estado de forma mais genérica, citando o debate entre Holloway e Picciotto (1979) no qual apontam que a lógica sistêmica de acumulação de capital produz inúmeras pressões

⁶⁹ REIS, José. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], nº 95, 2011, p. 11-34. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4355>. p. 25.

⁷⁰ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. p.24.

⁷¹ REIS, José. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], nº 95, 2011, p. 11-34. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4355>. p. 27.

econômicas que restringem estruturalmente a quantidade de coisas que qualquer estado pode fazer, independente de quem está governando⁷². Para Przeworski, a reivindicação que distingue a teoria política marxista é a de que no capitalismo aqueles que possuem a riqueza produtiva da sociedade devem ter suas demandas respeitadas e protegidas por todos os governos. Os capitalistas são dotados de poder público que não pode ser subjugado por nenhuma instituição social, e o poder público do capital circunscreve a capacidade efetiva de qualquer governo para atingir qualquer objetivo⁷³.

O estado, então, envolvido em simbiose com os mercados capitalistas, acaba repleto com as contradições internas da acumulação do capital, condição que a atual crise do capitalismo tornou abundantemente clara, expondo que o destino do estado está intimamente ligado com a sobrevivência do sistema financeiro. Roos cita Holloway, novamente, para afirmar que o estado está intimamente integrado com o movimento do dinheiro, fazendo todo o possível para garantir a acumulação de capital. Sem a continuada circulação de capital – ou, sem o empréstimo de dinheiro pelos bancos – tanto o estado quanto a economia correm o risco de entrar em colapso⁷⁴.

Isso acontece porque o estado não apenas é estruturalmente dependente do capital para financiar suas próprias despesas, como também a estabilidade e ascensão de indicadores econômicos como crescimento, emprego e preços dependem do processo de acumulação do capital⁷⁵. Essa dependência estrutural sobre o capital faz com o que o estado seja o garantidor de fato do processo de acumulação de capital e uma vez que o processo de acumulação é privado, toda sociedade depende da manutenção dos lucros privados.

O poder do capitalismo é especificamente de natureza estrutural, de modo a moldar e determinar as estruturas da política econômica global através da qual tanto estados quanto não-detentores do capital devem atuar, molda a estrutura

⁷² ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 6.

⁷³ PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 87.

⁷⁴ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 6.

⁷⁵ PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. p. 90.

pela qual estados se relacionarão com outros estados, com o povo ou com corporações. As relações de poder estrutural acabam distribuindo privilégios assimetricamente de modo que algumas forças sociais ganham uma vantagem sistêmica sobre outras. A mão invisível do poder estrutural do capital é muito difícil de detectar, enquanto a violência visível é deslocada para a estrutura das relações sociais, fazendo sobreviver a lógica da dominação⁷⁶.

O estado é estruturalmente dependente do capital porque depende do investimento dos capitalistas. Toda sociedade depende da alocação de recursos escolhida pelos proprietários de capital e as decisões de investimento têm consequências públicas e duradouras, uma vez que determinam as possibilidades de emprego, produção e consumo para a coletividade. Vai existir um conflito entre a classe trabalhadora, os dirigentes do aparato estatal e a classe capitalista que se solucionará pela racionalização do capitalismo: pressões trabalhistas ampliam o papel do estado na regulação do capitalismo para ampliar a garantia de direitos e fornecimento de serviços, o que faz com que a classe trabalhadora seja cúmplice involuntária da reprodução do capitalismo, o que é apenas inevitável haja vista estar inserida dentro de um modelo econômico no qual somente poderá sobreviver vendendo sua força de trabalho⁷⁷.

A disciplina de mercado imposta pelo poder estrutural do sistema financeiro faz jus àquilo que o economista Thomas Friedman consentidamente chamou de “camisa de força de ouro” da globalização neoliberal. O novo cenário global que emergiu na década de 1970 depois do abandono do regime Bretton Woods abastecido pela virada ao neoliberalismo a partir dos anos 1980, cada vez mais o sistema monetário apoiou-se na criação privada de dinheiro virtual na forma de crédito. Como todo crédito corresponde a uma dívida, as relações globais de poder reconfiguraram-se dramaticamente entre sistema financeiro, estado e detentores e não-detentores de capital⁷⁸.

⁷⁶ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 7.

⁷⁷ PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. p. 123-124.

⁷⁸ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 10.

Lazaratto afirma que a dívida constitui a forma mais desterritorializada e a relação de poder mais geral pela qual o neoliberalismo institui a luta de classes. A economia da dívida deixa claro o novo objetivo do capital ao qual a totalidade da população deve corresponder, de forma autônoma, desenvolver seu próprio negócio, com vistas a independência, ao empreendedorismo⁷⁹, comportamentos que demandam dinheiro.

Os bancos estão criando dinheiro do nada quando estendem suas linhas de crédito a seus clientes ou ao estado e isso acontece porque a maior parte do fornecimento de dinheiro atualmente existe na forma de crédito criado privativamente, não havendo qualquer restrição externa ao fornecimento de crédito, apenas devendo seguir as exigências reguladoras do capital. Com os crescentes mecanismos financeiros de obtenção de lucro imediato, os bancos deixaram de se preocupar com a liquidez primária criada pelos bancos centrais, ampliando as linhas de crédito e depois procurando os fundos e reservas necessários para assegurá-las. Ou seja, criam dinheiro a partir do nada e esse dinheiro é repassado na forma de dívida, que já se estabelece como uma relação de poder, dessa forma o poder dos bancos opera, criando dinheiro, estendendo o crédito e exercendo poder sobre aqueles que assumem a obrigação⁸⁰.

O sistema financeiro apropriou-se da maior parte das funções do dinheiro do banco em tal extensão que as políticas dos bancos centrais são fortemente determinadas pela demanda do setor financeiro por liquidez. O dinheiro do banco, que existe em sua maioria numa tela de computador, é emitido com base em uma dívida, que depois se transforma em sua natureza intrínseca. Não se vincula a qualquer forma material, apenas se relaciona com a própria dívida. Desta maneira, quando pega-se dinheiro do banco a pessoa não apenas gera uma dívida, mas o próprio dinheiro que ela emprestou é a dívida e não é nada mais do que a relação de poder que se criou entre credor e devedor⁸¹.

⁷⁹ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. p.89-94.

⁸⁰ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 11.

⁸¹ LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. p.98.

A criação da dívida, que é a criação da relação de poder entre credor e devedor, não se configura como um impedimento para o crescimento, mas na verdade representa o motor da economia moderna e tem sido a estratégia central das políticas neoliberais⁸².

O dever de pagar a dívida no final do século XIX era cobrado por ameaças bélicas. O aprimoramento das relações diplomáticas enfraqueceu os argumentos de guerra ao passo que o poder sem precedentes do sistema financeiro global abriu caminho para a violência estrutural da disciplina de mercado, imposta através da ameaça de retenção ou retirada de crédito. A privatização do dinheiro combinada com a liberalização do mercado de capitais e a desregulamentação do setor financeiro conduziu para uma situação na qual os gestores do estado têm se tornado cada vez mais dependentes do capital financeiro para assegurar sua própria sobrevivência política. Há uma disciplina dos governos nacionais para que ajam dentro das expectativas dos credores sob pena da evasão de capitais e do aumento das taxas de juros. Isso ficou claro na cobrança imposta pelo FMI e o Banco Central Europeu para Grécia, Portugal e Irlanda, que não deveriam se comportar de forma imprudente, mesmo que isso signifique investimentos para garantia dos direitos sociais ou mesmo a possibilidade de ouvir a população quanto às políticas pública que o país deve seguir. A prioridade é o pagamento da dívida, mesmo que o custo ultrapasse valores monetários e atinja diretamente os direitos fundamentais sociais da população⁸³.

Há um contraste bem claro entre a primeira onda de globalização, do padrão ouro e do dinheiro de commodity, e a atual onda de globalização, com seu fluxo livre de capitais e o dinheiro de crédito. Na primeira, o poder centralizado do estado imperialista territorialmente delimitado ainda era necessário para complementar o crescente poder do setor financeiro. Na segunda, o poder financeiro estrutural – ou a capacidade de criar e destruir dinheiro e depois comprometer o futuro de nações inteiras – tornou-se tão disseminado que os bancos não precisam mais do amparo de patrimônios ou apelar para coerção para alcançarem os objetivos desejados. Nesse império desterritorializado, a

⁸² LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man*.p.25.

⁸³ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 15.

violência dos canhões e dos exércitos a postos foi deslocada para a estrutura da economia política global e internalizada pelas prioridades financeiras do estado devedor como um resultado da disciplina do mercado⁸⁴.

Seria óbvio observar que todo esse contexto implica diretamente na qualidade da democracia. Se os governos realmente perderam o controle sobre a criação do dinheiro e estão estruturalmente dependentes do sistema financeiro para se sustentarem economicamente, se é realmente verdade que o setor financeiro, ao invés de uma anomalia ou patologia capitalista, é de fato o coração pulsante de um sistema econômico do qual o crédito é a alma, então haveria alguma chance de uma reforma financeira significativa dentro desse sistema político estabelecido? Se o problema não é apenas a enorme riqueza dos bancos, que poderia ser taxada, tampouco a submissão do processo democrático pelo financiamento privado de campanhas, que poderia ser proibido, quais esperanças são possíveis de que os problemas da população serão resolvidos dentro dos estreitos limites da política eleitoral e da democracia representativa? Não parecesse exagerado pensar que a ascensão das finanças globais e a construção do estado devedor sob o neoliberalismo levaram a um dramático desmoronamento da soberania nacional e da representação política, fazendo surgir um novo grande desafio ao processo democrático tradicional⁸⁵.

⁸⁴ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 16.

⁸⁵ ROOS, Jérôme E. *The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition*. p. 18.

4 REFLEXÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO CENÁRIO DEIXADO PELA CRISE

A crise das dívidas soberanas revelou-se um “cavalo de Tróia” capaz de destruir efetivamente o Estado social nos países do pólo desenvolvido do capitalismo global. As políticas neoliberais, aplicadas tanto por governos da esquerda social-democrata quanto por governos da direita neoliberal no começo da década de 1980 possibilitaram a dominância do capital financeiro no centro orgânico do sistema mundial de capitais nos últimos trinta anos – os “trinta anos perversos” em contraposição aos “trinta anos gloriosos” do pós-guerra.

A crise atual iniciou pela explosão da bolha imobiliária – em países como os EUA e a Espanha, por exemplo –, gerada pelo consumo artificial promovido pela injeção de crédito que crescia suportado por pirâmides especulativas, que terminaram ruindo. No cenário de crise, sempre emerge a natureza irracional do sistema de forma incontornável. Falta demanda, contudo se destroem empregos cujos salários poderiam absorvê-la, mas o temor da classe capitalista diante de um momento crítico impede que se tomem medidas favoráveis à classe trabalhadora. Cortam-se recursos para políticas sociais, trabalhadores são dispensados para poupar gastos de empresas e sobrecarrega-se o Estado já debilitado nos seus encargos.

Medidas como essas, impostas aos governos de Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda, por exemplo, que estavam sendo cobrados pelas dívidas contraídas durante o período de abundância creditícia, transformaram esses países em verdadeiras oficinas de desmantelamento de políticas públicas de garantias sociais como preço do reequilíbrio orçamentário e da possibilidade de um acerto de contas.

A austeridade é o remédio que pretende reduzir os sintomas de dívidas e déficits e curar recessões. Decisões econômicas não concernem apenas a taxas de crescimento e déficits, mas dizem respeito à vida e à morte. Essas são algumas afirmações de David Stuckler e Sanjay Basu⁸⁶, que estudaram como as

⁸⁶ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. New York: Basic Books, 2013. David Stuckler,

políticas sociais e econômicas afetam a saúde das pessoas partindo da premissa de que muito do que nos mantém saudáveis tem a ver com nosso ambiente social. Observando o aumento do desemprego e os cortes em programas assistenciais sociais ocorridos nos países mais severamente afetados pela crise, os autores revelam em números as consequências do peso austero do equilíbrio financeiro.

Em seguida, na segunda parte do capítulo, se discorrerá sobre de que forma capitalismo e democracia, dentro desses cenários de crise, têm passado por diversos rearranjos na tentativa de tornarem conciliáveis demandas sociais e forças de mercado. Wolfgang Streek, em seu texto *As crises do capitalismo democrático* faz contundentes e relevantes observações sobre esses rearranjos e a partir da estrutura do sistema financeiro contemporâneo provoca reflexões sobre a sobrevivência do capitalismo democrático.

4.1 A AUSTRERIDADE MATA

A correlação entre desemprego e suicídio tem sido observada desde o século XIX. Pessoas que estão procurando emprego são duas vezes mais propensas a acabarem com suas vidas do que aquelas que têm emprego. Nos EUA, a taxa de suicídio, que havia aumentado vagarosamente desde 2000, saltou durante e depois da recessão dos anos de 2007-2009. Os autores estimam que entre 2007 e 2010 aconteceram 4.750 suicídios a mais do que se previra pela tendência dos anos anteriores. Os números foram maiores naqueles estados que tiveram as maiores perdas de emprego e as mortes por suicídio ultrapassaram as mortes por acidente de carro em 2009⁸⁷.

Países que cortaram programas de saúde e proteção social, como Grécia, Itália e Espanha, tiveram resultados severamente piores com relação à saúde do

PhD, é pesquisador sênior em sociologia na Universidade de Oxford e Sanjay Basu, PhD, é professor assistente de medicina e epidemiologista no Centro de Pesquisa em Prevenção na Universidade de Stanford.

⁸⁷ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. New York: Basic Books, 2013. p. 20.

que nações como Alemanha, Islândia e Suécia, que mantiveram as redes de segurança social e optaram por estímulo econômico ao invés de austeridade. O debate político sobre a Grande Recessão tem sido intenso, os defensores do livre mercado e os proponentes da austeridade querem crer no pagamento da dívida, sem qualquer consideração sobre o custo humano de suas decisões, o que faz com que a política fiscal acabe se tornando uma questão de vida ou morte⁸⁸.

De um lado está a Grécia, inserida num desastre da saúde pública. O orçamento nacional para saúde foi cortado em 40% desde 2008, parcialmente para alcançar as metas de redução de déficit estabelecidas pela chamada troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) como parte do pacote de austeridade proposto em 2010. Aproximadamente 35 mil médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde perderam seus empregos. A mortalidade infantil cresceu 40%. Infecções pelo HIV aumentaram 52%, em decorrência do aumento do uso de drogas intravenosas e do corte na distribuição de seringas. Até o corte do programa de combate a mosquitos desencadeou casos de malária que não eram registrados desde o começo dos anos 1970⁸⁹.

Por outro lado, a Islândia evitou um desastre na saúde pública mesmo tendo passado pela maior crise bancária da história em 2008, relativamente ao tamanho de sua economia. Depois da falência dos três maiores bancos do país, do aumento desenfreado do desemprego e o colapso da moeda krona a Islândia foi o primeiro país europeu a procurar o FMI desde 1976. Ao invés de afiançar os bancos e cortar orçamentos, medidas demandadas pelo FMI, os políticos islandeses decidiram fazer um referendo colocando o pacote austero para voto. Em 2010 e 2011 os islandeses escolheram pagar seus credores não de uma só vez através da austeridade, mas gradualmente. Essa decisão fez com que a Islândia conseguisse recuperar sua economia, enquanto a Grécia cambaleava num colapso. As pessoas continuaram tendo acesso a tratamento médico e remédios e não houve aumento significativo nos casos de suicídio. No primeiro

⁸⁸ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 7.

⁸⁹ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 8, 79.

ranking da ONU sobre a felicidade mundial realizado ano passado a Islândia consta como uma das nações mais felizes⁹⁰.

Entre esses extremos estava os Estados Unidos. O pacote de estímulo em 2009 sustentou a rede de segurança social. Mas haviam sinais, para além do aumento na taxa de suicídios, de que a tendência da saúde era piorar. Aumentaram as receitas para antidepressivos, mais de 5 milhões de pessoas perderam acesso à assistência médica porque perderam seus empregos e não podiam mais pagar os planos de saúde. As consultas médicas preventivas diminuíram e aumentaram as emergenciais. O “sequestro” de 85 milhões de dólares cortou subsídios nutricionais para aproximadamente 600 mil mulheres grávidas, recém-nascidos e crianças em menos de um ano. Em 2013 o orçamento para moradia foi cortado em aproximadamente 2 bilhões de dólares, mesmo com 1.4 milhões de casas embargadas. Até o orçamento do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, o principal meio de defesa do país contra epidemias, como a de meningite ocorrida em 2012, teve um corte de 293 milhões de dólares em 2013.

A fim de provar sua hipótese de que a austeridade é mortífera, os autores analisaram dados de outras regiões e épocas. Em 1991, logo após a dissolução da União Soviética, a economia Russa entrou em colapso, houve aumento da pobreza e diminuição da expectativa de vida, principalmente entre homens jovens. Foram adotadas duas abordagens distintas para controle da crise pelos países que faziam parte da ex-União. Rússia, Cazaquistão e os Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), adotaram terapias de choque para suas economias defendidas por um grupo radical de conselheiros favoráveis ao livre-mercado que acreditavam que a transição capitalista deveria ocorrer o mais rápido possível iniciando um processo de privatização em massa de toda a economia. Esses países enfrentaram as piores taxas de suicídio, ataques cardíacos e mortes ligadas ao álcool⁹¹.

⁹⁰ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 60.

⁹¹ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 25-35

Por outro lado, países como Belarússia, Polônia e Eslovênia tomaram um rumo diferente, uma abordagem mais gradual e menos agressiva de recuperação. Também passaram por processos de privatização, mas de forma paulatina de tal modo que a saúde de seus cidadãos permaneceu muito melhor do que a dos seus países vizinhos.

Os autores também estudaram a crise financeira asiática de 1997 e se depararam com as mesmas tendências e resultados. Aqueles países que recorreram aos empréstimos do FMI, como Coréia do Sul, Tailândia e Indonésia, enfrentaram fome generalizada e aumento agudo de mortes por doenças infecciosas, uma combinação de aumento do desemprego, com aumento no preço da comida e aumento das dívidas. O corte de orçamento, segundo o FMI, era necessário para gerar um excedente que resgataria a confiança de investidores e promoveria uma recuperação econômica mais acelerada, evitando uma catástrofe humana. Contudo, os dados apontam para o lado contrário. O corte de programas sociais fez aumentar a pobreza, que na Coréia do Norte mais que dobrou em um ano, de 11% em 1997 subiu para 23% em 1998. Já a Malásia, que resistiu aos empréstimos do FMI, decidiu aplicar um pacote de estímulo à economia aumentando o amparo social como forma de amenizar os efeitos da crise, manteve os índices de saúde de seu povo e o aumento da pobreza foi bem menor, de 7% passou para 8%. Tamanho o estrago proporcionado pelas políticas do FMI neste período, fez com que em 2012 o órgão se desculpasse pela forma como conduziu a crise admitindo que o dano causado por suas recomendações foi três vezes maior do que o previsto⁹².

A crise financeira do Leste Asiático foi um experimento natural que colocou em teste múltiplas teorias sobre como responder a uma recessão. A recessão em si coloca milhões de pessoas em risco de pobreza, mas são as decisões políticas de corte em alimentos e empregos que tornam a crise em um desastre para a saúde pública. A Malásia foi um exemplo de alternativa à austeridade, onde, sob pressão política, governantes escolheram controlar o fluxo de dinheiro fora da economia e aumentar investimentos em programas de proteção social. Essas

⁹² STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death.* p. 37-40.

escolhas ajudaram a Malásia a prevenir o sofrimento enfrentado pela Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul, cujos governantes escolheram tomar a amarga pílula da austeridade⁹³.

A questão que fica é se seria possível dentro de um cenário de enorme dívida pública, como a encarada por alguns países Europeus hoje, conseguir pagar os programas de proteção social de saúde, alimentação e moradia. Os autores concluem que os resultados de suas pesquisas demonstram que estímulo investido em programas de saúde pública específicos podem realmente ajudar a reduzir a dívida proporcionando um novo crescimento econômico. Cada US\$1 investido nesses programas gera um retorno de US\$3 para a economia que podem ser usados para saldar a dívida. Por outro lado, aqueles países que optam por severos cortes em curto prazo acabam em declínio econômico a longo prazo. Quando o governo corta gastos durante a recessão, a demanda é drasticamente reduzida em um período em que já está baixa. As pessoas gastam menos, os negócios são prejudicados, levando a mais perda de emprego e criando um espiral vicioso de cada vez menos demanda e mais desemprego. A austeridade, ironicamente tem o efeito oposto daquele que pretende. Longe de diminuir a dívida, a austeridade a aumenta ao passo que desacelera a economia⁹⁴.

A maior tragédia provocada pela austeridade não é o estrago econômico que provoca, mas sim o desnecessário sofrimento humano que causa. Não há recuperação econômica poderosa o bastante que possa reparar os danos causados aos corpos e às mentes daqueles afetados pela privação do acesso à saúde. Quem propõe medidas austeras costuma dizer que “dor a curto prazo traz ganhos a longo prazo”. Tal assertiva tem se demonstrado repetidamente falsa em recessões do passado e do presente⁹⁵.

⁹³ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 42.

⁹⁴ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 3.

⁹⁵ STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. p. 111.

4.2 OS REARRANJOS DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

Se alguma coisa chama a atenção em todo o processo que se desencadeou para tratamento da crise atual do capitalismo iniciada em 2008 é a forma como os Estados foram facilmente subjugados às necessidades do sistema financeiro, que emergiu como uma nova forma de acumulação de capital nas últimas décadas para além do capital produtivo. Não apenas os governos curvaram-se aos ditames das finanças como principalmente pode-se perceber em que lugar encontra-se o cidadão e seu bem estar dentro do sistema econômico contemporâneo.

Desde o fim do crescimento econômico do pós-guerra, nas quatro décadas que lhe sucederam, o epicentro da tensão tectônica no âmbito do capitalismo democrático migrou de uma localização institucional para outra, gerando distúrbios econômicos sequenciais diferentes, mas relacionados sistematicamente. Nos anos 1970, as demandas democráticas por justiça social e melhor distribuição de riqueza, frente ao notável crescimento econômico dos “anos gloriosos”, ocasionou um conflito que se deu primordialmente nos mercados de trabalho nacionais, onde a pressão dos sindicatos por melhores salários, no contexto de pleno emprego, ocasionou a alta da inflação. Quando aquilo que era, na verdade, uma forma de redistribuição mediante a desvalorização da moeda corrente tornou-se economicamente insustentável, os governos foram forçados a retroceder nas concessões. As demandas dos cidadãos por benefícios e serviços, contudo, não cessou, de modo que os gastos públicos e as receitas públicas tornaram-se cada vez mais díspares num cenário que fez crescer exponencialmente a dívida pública⁹⁶.

Os esforços para conter a dívida pública vieram acompanhados de desregulamentação financeira, por meio da facilitação do acesso ao crédito pessoal, como uma alternativa para atender as demandas dos cidadãos por segurança e prosperidade. Porém, esse sistema não perdurou muito e logo pesou o fardo das promessas irrealistas de pagamento futuro por consumo e investimento no presente. Desde então, o choque entre as vontades populares

⁹⁶ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 52.

por justiça social e a insistência econômica em justiça de mercado mudou de âmbito novamente, ressurgindo em mercados de capitais internacionais e nas complexas disputas que ocorrem agora entre instituições financeiras e eleitorado, entre governos e organizações internacionais. O que se vê é a imposição pelos Estados dos direitos de propriedade e das expectativas de lucro do mercado aos seus cidadãos, buscando difícil equilíbrio na corda bamba da ameaça de bancarrota e do resguardo do que resta de legitimidade democrática⁹⁷.

As diferentes medidas econômicas que surgem ao longo dos anos como transigência com a inflação, aceitação da dívida pública e desregulamentação do crédito pessoal são elementos temporários de uma questão muito maior e mais relevante, que tem se revelado no conflito aparentemente inconciliável entre os direitos sociais e os interesses do mercado.

Vivemos um tempo de incertezas. A capacidade de gestão política do capitalismo democrático tem declinado severamente nos últimos anos, em alguns países mais, em outros, menos, mas os riscos parecem apenas ampliar tanto para a economia quanto para a democracia. Há quem diga que a próxima bolha já está se formando em algum lugar de um mundo inundado de crédito oferecido a juros baixos. Os bancos de investimento continuam nos EUA, ganharam isenção dos requisitos regulatórios e estão tendo lucros enormes em especulações perigosas com o dinheiro do contribuinte em mercados de derivativos ainda sem regulação e ainda em alta. O mecanismo que nos levou à crise está recomeçando como se nada tivesse acontecido. Continuam sendo criadas inovações financeiras na medida em que novas formas de empacotar e vender dívidas de capital fictício são inventadas e oferecidas a instituições como fundos de pensão, em desespero para desembocar o excedente. As ficções já estão de volta⁹⁸.

Ainda restam os mercados de matérias primas ou a nova economia da internet que podem se tornar atrativos para que as empresas financeiras se utilizem do excedente e invistam em qualquer negócio que pareça ser o novo segmento em crescimento. Com o definhamento da reforma regulatória do setor financeiro o capital pode aumentar seus requisitos de expansão e os bancos que

⁹⁷ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 52.

⁹⁸ HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 178-179.

eram “grandes demais para falir” em 2008 continuam contando com essa condição hoje, fazendo permanecer a mesma capacidade de extorsão do mesmo público que foi explorado naquele ano e nos seguintes⁹⁹.

Porém, o socorro público ao capitalismo privado ocorrido em 2008 pode ser impossível de repetir, uma vez que as finanças públicas estão esticadas até o limite. A democracia parece estar mais em risco do que a economia. A fase austera que emergiu na tentativa de recompor o equilíbrio financeiro afetou severamente a capacidade dos Estados-nação de mediar os direitos dos cidadãos e os requisitos para acumulação de capital. E este conflito se internacionaliza ao passo que hoje nenhum governo pode governar sem considerar as obrigações e constrangimentos internacionais, inclusive aqueles ligados ao mercado financeiro que forçam Estados a impor sacrifícios à sua população. As crises e contradições do capitalismo democrático, então, manifestam-se não apenas dentro dos Estados nacionais mas também entre eles, em combinações e permutações nunca antes vistas¹⁰⁰.

Os mercados passaram a impor aos Estados supostamente soberanos o que ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem recusar. Desse modo, a população percebe cada vez mais que seus governos não são *seus* agentes, mas sim de outros Estados ou organizações internacionais, como o FMI ou a União Europeia, entidades completamente isoladas de pressões eleitorais. O que se apresenta aos Estados democráticos pelos seus novos mandantes pode ser impossível de satisfazer. A exigência de mercado e instituições internacionais requer não apenas dos governos, mas também dos cidadãos que se comprometam credulamente com a consolidação fiscal¹⁰¹.

Em boa parte do mundo capitalista está se passando por um período surpreendente em que a política foi despolitizada e mercantilizada. Quando o Estado entrou em cena para socorrer financistas ficou claro que Estado e capital estão mais ligados um ao outro do que nunca, tanto institucional quanto pessoalmente¹⁰². As arenas do conflito distributivo tornaram-se cada vez mais distantes da política popular. Os

⁹⁹ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 53.

¹⁰⁰ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 54.

¹⁰¹ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 55.

¹⁰² HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. p. 178

campos de batalha em que se trava o embate das contradições do capitalismo democrático estão cada vez mais complexos, para qualquer um que não pertence às elites políticas e financeiras é extremamente difícil compreender e reconhecer os interesses subjacentes e até mesmo identificar seus próprios interesses. Isso pode levar à apatia no nível das massas, deixando mais fácil a vida das elites, contudo não se pode contar com isso num mundo em que a anuência cega aos investidores financeiros é tida como o único procedimento racional e responsável. Em países como Grécia, Irlanda e Portugal, onde a democracia está efetivamente suspensa, protestos e a tomada das ruas por insurreições populares podem ser o derradeiro modo de expressão política que resta para os desprovidos de poder de mercado¹⁰³.

¹⁰³ STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. p. 56.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da Guerra Fria e a vitória do bloco ocidental a ideologia que triunfou conectou o capitalismo com dinamismo, modernização, racionalidade e bem estar. A ilusão de um capitalismo sem crises foi alimentada pela nova economia ascendente. Em 2008 a ilusão teve de ser definitivamente abandonada diante da crise que se prolonga há cinco anos sem horizonte para seu fim.

Dissolveu-se a racionalidade, o dinamismo, a eficácia, o bem estar, ainda mais que a crise surgiu e se propagou no centro do setor que vinha prosperando abundantemente nos anos anteriores, englobando os países economicamente mais desenvolvidos que em tese seriam exemplo a ser seguido de um capitalismo ideal. A crise, portanto, não está associada a carências, à miséria, a catástrofes naturais, tampouco à guerra, mas está associada à equivocada administração da economia.

O principal equívoco do neoliberalismo estava no seu diagnóstico de que o crescimento econômico havia parado porque havia excessiva regulamentação que estaria travando a livre circulação do capital. Através da desregulamentação os investimentos retornariam e a economia voltaria a crescer beneficiando a todos. Ignoraram, obviamente, o ensinamento mais elementar de Marx, de que o capital não está feito para produzir, mas sim para acumular. Se encontra melhores condições de acumulação na especulação financeira, para lá será transferido e foi exatamente o que aconteceu maciçamente em escala mundial, uma enorme transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo, possibilitando a hegemonia do capital financeiro em sua forma de especulação.

As práticas efetivas do neoliberalismo sempre implicaram em claro apoio ao capital financeiro e às elites capitalistas, sempre com base na ideia de que as instituições financeiras devem ser protegidas a todo custo e que cabe ao Estado promover um ambiente propenso para os negócios a fim de proporcionar mais lucro.

A crise ofereceu a oportunidade de avançar na compreensão das transformações ocorridas nas relações entre inovações financeiras, financiamento

de gastos de consumo das famílias, de investimento de empresas e geração de renda e emprego na economia globalizada. A interpenetração financeira suscitou a diversificação do ativos à escala global e, assim, impôs a internacionalização das carteiras dos administradores da riqueza.

É a elevada liquidez e a alta elasticidade dos mercados financeiros globais que patrocina a exuberante expansão do crédito, a inflação de ativos e o endividamento das famílias viciadas no hiperconsumo e dos Estados dependentes de capital externo. Desde 1973, sistema monetário internacional “dólar-flexível” deixou de ter qualquer padrão metálico de referência, a revolução financeira ocasionada por esse evento causou uma espécie de retorno às origens da relação entre o poder, a moeda e o crédito.

O poder dos credores cresceu de forma vertiginosa uma vez que as dívidas tornaram-se objeto de especulação e base para criação de lucro. A dívida é uma relação social básica, as pessoas estão sempre a emprestar coisas umas às outras, todos pedimos e devemos favores. Por trás do endividamento não existe apenas uma ordem econômica, mas também um elemento fundamental que percorre os vínculos sociais, que é justamente o sentimento de se dever algo, de ter obrigações para com alguém. Contudo, quando uma das partes tem um poder exponencialmente maior do que a outra, como acontece na relação entre bancos e cidadãos, ocorre um desequilíbrio fundamental. Os credores bancários emprestam no âmbito de uma relação estritamente financeira e não social, emprestam porque emprestar é a natureza do seu negócio.

O credor tem a expectativa de obter retorno, mas o resultado é naturalmente incerto, por isso cobra juros sobre o que empresta, que remuneram não apenas o tempo, mas também o risco envolvido. Na condução de seu negócio, o credor é obrigado, isto é, é responsável, por avaliar o custo do empréstimo que poderá não ser reembolsado, uma vez que o risco é a característica principal do lucro. Desta forma, conclui-se que a responsabilidade de uma dívida é também do próprio credor e não apenas do devedor.

Moralmente, o pagamento de uma dívida trata-se de uma obrigação, mas economicamente não é assim que os empréstimos funcionam. Contudo, verifica-

se que independentemente dessa distinção, as dívidas de caráter estritamente econômico-financeiro tendem a ser enquadradas e avaliadas no mesmo plano que as dívidas sociais, ou seja, no plano moral, fazendo desaparecer o sentido financeiro da dívida de modo a anular as responsabilidades inerentes ao credor.

Dentro de um sistema em que emprestar dinheiro deixa de ser simplesmente um tipo de negócio, mas em que a própria dívida contraída passa a fazer parte do negócio, transformando-se ela mesma numa forma-valor, numa espécie de mercadoria, a obrigação financeira atinge patamares incomensuráveis, arrastando consigo o dever moral, equivocadamente (ou estrategicamente) entrelaçado a ela, a responsabilidade do credor ao mensurar os riscos do seu negócio foi simplesmente descartada e quem cogita mencioná-la pode ser alvo de retaliações financeiras. É por isso que um desarranjo nas negociações dos produtos financeiros criados a partir de dívidas de cidadão comuns reflete diretamente na vida desses mesmos cidadãos, de modo real, cruel e muitas vezes irreversível, pois eles tem assumido unilateralmente todo o risco inerente aos empréstimos e também às especulações financeiras que se fazem a partir deles.

Quando o Estado escolhe não proteger esse cidadão vitimado pelo poder infinitamente maior dos bancos e agentes financeiros, dentro de um sistema em que a necessidade de dinheiro é vital e as garantias governamentais variáveis e falhas, o poder econômico parece se tornar poder político, ao mesmo tempo em que os cidadãos parecem estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de imprimir à economia interesses e demandas que são incomparáveis com os dos detentores de capital, que são defendidos e amparados pelo Estado.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. P. *Crise do Capital e Estado Neoliberal – Algumas notas críticas*. p. 2-3. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Jornadas/V%20Jornada/Texto%20Giovanni04.doc>. Acessado em 09/09/2013.

AWAD, Fahd Medeiros. Neoliberalismo e Estado: conceitos de liberalismo, neoliberalismo e globalização. In: *Crise dos direitos fundamentais sociais em decorrência do neoliberalismo*. Dissertação (mestrado em Direito). 120f. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Revista Novos Estudos*. São Paulo, nº 86, Março, 2011.

GRAEBER, David. *Debt: the first 5.000 years*. Nova York: Melville House Publishing, 2011.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAPYDA, Ilan. *A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Dissertação (mestrado em Sociologia). 223f. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

LAZARATTO, Maurizio. *The making of the indebted man: an essay on the neoliberal condition*. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 126.

MEYER, Victor. O Estado capitalista de volta às origens? Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1999/12/estado.pdf>

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise atual. *Revista Economia*. Brasília. Setembro/Dezembro, 2011.

NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo e globalização*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

PAULANI, Leda. *Cadê a crise?* Disponível em <http://marx21.com/2011/03/20/leda-paulani-cade-a-crise-no-brasil/>. Acessado em 04/11/2013.

PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

REIS, José. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], nº 95, 2011, p. 11-34. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4355.p.25>.

ROOS, Jérôme E. The Making of the Indebted State: Debt, Discipline and Democracy under the neoliberal condition. Paper delivered at: *COST World Financial Crises Conference "Finance, Power and the Crisis"*. Berlim, Setembro, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4407749/The_Making_of_the_Indebted_State_Debt_Discipline_and_Democracy_under_the_Neoliberal_Condition. Acessado em 25/09/2013.

STREEK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-79/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-cidadao-como-consumidor>. Acessado em 22/05/2013.

_____. As crises do capitalismo democrático. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, nº 92, Março, 2012.

STUCKLER, David. BASU, Sanjay. *The Body Economic: Why Austerity Kills. Recessions, Budget Battles and the Politics of Life and Death*. New York, Basic Books, 2013.

WARDE, Ibrahim. De onde vêm os derivativos? *Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil: Crise bancária, o roubo do século*, São Paulo, nº 08, 2011.